



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

COMISSÃO EXTERNA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0090/15	DATA: 17/03/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 16h11min	PÁGINAS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
MARCELO MEDEIROS - Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente - MMA. VICENTE ANDREU GUILLO - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA.

SUMÁRIO
Exposição sobre o conhecimento da situação, dos atos, dos fatos, das normas e dos procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Boa tarde, Srs. Parlamentares, assessores, convidados para esta audiência pública e assessorias de imprensa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião Ordinária da Comissão Externa destinada a acompanhar as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecido como Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Encontra-se à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da ata da 2ª Reunião, realizada no dia de 10 de março. Indago se há necessidade da sua leitura. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, eu peço a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Indago aos Srs. Parlamentares se há concordância de não fazermos a leitura da ata. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Rômulo Gouveia, nosso Relator.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 2ª Reunião Ordinária desta Comissão.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento das seguintes correspondências: aditamento do ato da Presidência, datado de 12 de março de 2015, designando o Deputado Macedo, do PSL do Ceará, para compor esta Comissão. O Deputado Macedo, pelo seu conhecimento também na área de engenharia, na área do nosso Nordeste, vai contribuir com esta Comissão, participando e representando nesta Casa o PSL e o Estado do Ceará.

Também foi designado pelo Presidente Eduardo Cunha o Deputado Efraim Filho, do DEM da Paraíba, para integrar esta Comissão.

Então, para nossa Comissão, foram designados mais dois membros. Estamos com 14 participantes desta Comissão.

Ordem do Dia.



Esta reunião foi convocada para realização de audiência pública com o seguinte tema: conhecimento da situação, dos atos, dos fatos, das normas e dos procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco, bem como do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, atendendo aos Requerimentos nºs 1 e 2, de 2015, de minha autoria.

Convido para compor a Mesa o Dr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas — ANA; o Dr. Marcelo Medeiros, Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério de Meio Ambiente, que está substituindo o Dr. Ney Maranhão; e o Dr. Marcus Vinícius Leite Cabral de Melo, Diretor Substituto do Departamento de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

Peço atenção aos Srs. Parlamentares para os seguintes procedimentos: cada expositor terá o prazo de 15 minutos para fazer sua exposição, não devendo ser apartado. Findada a exposição, vamos conceder a palavra, observada a ordem de inscrição, aos Parlamentares para fazerem suas indagações e tirarem suas dúvidas referentes ao que foi exposto. Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos, conforme prevê o Regimento.

Indago aos nobres convidados se há, até para compreensão dos que estão aqui presentes e para que nós possamos, ao final, formatar o nosso relatório, a conveniência de fazer uma hierarquização das apresentações. Quem, a princípio, poderia fazer a exposição para, didaticamente, objetivarmos a nossa audiência pública.

Como houve consenso na Mesa, o Dr. Marcelo Medeiros, Secretário Substituto de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, irá fazer a sua exposição.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Pois não, Deputado Rômulo.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, eu consultaria V.Exa. se...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Houve um lapso desta Presidência. Nós havíamos convidado o Secretário do Rio Grande do Norte, mas houve impossibilidade de voo. Tanto ele como o Deputado Betinho não



puderam comparecer por questões de atraso de voo de suas bases até aqui e automaticamente a apresentação do Rio Grande do Norte ficará para outra oportunidade.

Pois não, Deputado Rômulo.

**O SR. DEPUTADO RÔMULO GOUVEIA** - Sr. Presidente, tenho uma audiência, para tratar de assunto do Estado — inclusive o Prefeito de Queimadas está aqui —, com a Ministra da Agricultura, confirmada para as 15 horas. Eu consultaria V.Exa. se o Deputado Pedro Cunha Lima poderia ficar como Relator *ad hoc* até eu ir ao Ministério. Voltarei rapidamente. Tenho certeza de que serei muito bem representado.

Faço essa consulta a V.Exa. e aos meus pares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Regimentalmente não há nenhum impedimento. Então já convido o Deputado Pedro para ocupar a Mesa. Registro a presença do Deputado Vitor Valim.

Em conformidade com o que foi combinado, passo a palavra ao Dr. Marcelo Medeiros.

Pode ser que a apresentação do Dr. Marcelo fique um pouquinho prejudicada, porque a Mesa não está conseguindo passar as imagens que ele iria apresentar. Didaticamente, com certeza, ele irá apresentar, para nós termos essa compreensão.

**O SR. MARCELO MEDEIROS** - Boa tarde a todos. Meu nome é Marcelo Medeiros. Trabalho na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente. A nosso cargo está a Coordenação do Programa de Revitalização de Bacias, na qual se inclui o de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu não preciso falar sobre a caracterização da Bacia, que dá 8% do território nacional, são 520 Municípios. Eu deixei isso aqui só para o texto ficar mais didático para quem for aproveitar depois a exposição.

A nossa Secretaria também operacionaliza o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e parte da documentação que aprova o projeto passou pelo Conselho. Há a outorga da Agência Nacional de Águas — ANA em 2005; houve uma resolução do Conselho Nacional aprovando o projeto; agora em 2014 foi feita uma nova oitiva ao



Conselho Nacional, onde se aprova novamente o projeto com algumas condicionantes mudando de prazo. Então há uma documentação que tramita entre a ANA e nós.

A nossa grande diferença é que a ANA é a agência reguladora. O Ministério não faz regulação do direito de uso da água, e muito menos o Conselho. Nós apenas editamos normas e em alguns casos de projetos em que o porte é muito grande ouve-se o Conselho, como foi nesse caso.

Para quem não conhece, o Conselho é paritário. Nós dividimos o Conselho Nacional entre governos, que é tanto a representação do Governo Federal, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos grandes usuários da água, entre os quais estão a irrigação, a indústria, as companhias de abastecimento de água e esgoto e, por fim, a sociedade civil.

Esta é apenas a disposição do projeto, com essas várias interligações. Essas interligações interessam não só no campo, na área rural, mas também nas áreas das cidades, porque várias delas abastecem reservatórios que vão para grandes cidades, como João Pessoa.

Este eslaide é da ANA. É como se eu pegasse todos os reservatórios de um Estado e fizesse um balanço da situação deles. Esse era em janeiro deste ano, comparando com janeiros passados. Esperamos, com a execução do projeto e em andamento a distribuição de água, que se possa reduzir esse quadro num próximo janeiro, a partir da implantação do projeto. Até os mais terríveis — Ceará, Paraíba, Pernambuco — são beneficiados pela alocação de água.

Apenas o conceito do que é revitalização. É passar de uma situação degradada para uma que volta ao ambiente natural, próxima do que era o natural. Vamos falar disso ao longo da exposição.

É lógico que há muita coisa que não é estrutural, não envolve obra — mudança de comportamento, padrões de consumo de água, padrões de descarte de lixo —, mas grande parte passa por resolver o problema de saneamento na Bacia.

Nós temos documentos. Não se discute revitalização desde a obra da integração do São Francisco. Isso é anterior. Logo depois da Lei nº 9.433, de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, fazemos o Plano da Bacia do



São Francisco, que é decenal. Ele valia até este ano. E este ano o Comitê de Bacia está fazendo uma revisão para mais 10 anos de plano de uso de recursos hídricos.

Há um diagnóstico analítico e um programa de ações. Dentro desses dois últimos documentos, que retomam as ações do plano, há um detalhe maior de ações que acabaram levando ao Programa de Revitalização.

Estas são as ações principais. A maior parte delas passa por diagnóstico. Em 2010 concluímos parte do zoneamento ecológico-econômico da Bacia. Este ano nós estamos contratando a conclusão. Então, tem-se um grande diagnóstico, tem-se o Plano da Bacia voltando a ter uma revisão e diversas outras ações que derivam disso.

Esse programa não está só no Ministério, ele é locado dentro do Plano Plurianual — PPA. E já é o segundo PPA em que temos uma ação com o objetivo maior de conservação de recursos hídricos. A revitalização não está solta desde 2003. Ela está alocada orçamentariamente no seu devido lugar.

Ali embaixo são as metas 2012/2015, que é o último PPA.

Isso não é só nós. Nós fazemos a coordenação. Na prática, a maior parte do que fazemos são ações não estruturais, que é bem a ação do Ministério do Meio Ambiente. Nós temos ações de capacitação, de diagnóstico, de mudança de comportamento, mas as grandes obras, principalmente a de saneamento, passam pelo Ministério da Integração Nacional, através da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba — CODEVASF, e pelo Ministério das Cidades. Para grande parte dos saneamentos, o Ministério das Cidades tem as obras de grande porte e, a CODEVASF, além de pequenas ações de saneamento nos Municípios, tem outras ações estruturais, que são os controles erosivos. Temos um problema muito grande de erosão na Bacia. Então há vários projetos para diminuição da erosão em microbacias, principalmente nas bacias rurais e em construção de estrada vicinal, onde há grande movimentação de solo.

Dentro do meio ambiente há cinco eixos temáticos de ação que estamos trabalhando desde 2004. Para cada eixo eu coloquei todos os principais projetos. Eu só vou falar um de cada, para não perdermos muito tempo.

Nesta Área Temática 1 — Planejamento e Informação — fizemos o diagnóstico do zoneamento ecológico-econômico da Bacia. Eu acho até que foi o



primeiro que fizemos por bacia, porque normalmente se faz por bioma ou por região, e esse foi por bacia hidrográfica. Ele é bem interessante por causa disso. E agora ele está passando por um processo de revisão. Ele é de 2010, e estamos revisando ele agora através de um contrato.

Nesta Área Temática 2 — Fortalecimento Institucional e Socioambiental — temos esse problema. Há uma assimetria muito grande entre instituições, principalmente entre as federais e as estaduais. Então, tem-se que diminuir essa assimetria. Isso passa também muito por capacitação. Instalamos telecentros na Bacia, centros de referência de educação ambiental. Então, há muito essa parte que é não estrutural.

Este é o projeto mais interessante desse tema. Fizemos uma parceria com Minas Gerais que durou certo tempo e com a Bahia, que dura muito tempo, com o Ministério Público Estadual da Bahia. O que eles fazem? Financiamos e vamos juntos a diversas campanhas de fiscalização integrada. Vamos a cada Município da Bahia e vemos o que lá está acontecendo tanto em ações municipais quanto em ações federais. Isso resulta em várias ações corretivas. É uma parceria muito interessante nossa com o Ministério Público Estadual.

Recentemente publicamos um livro sobre tudo o que foi feito e os principais resultados. É interessante porque há muitas lições aprendidas. A maior parte das coisas acontecem ou por desconhecimento da legislação, ou por certos desvios de comportamento em relação ao uso da água de preservação. E consegue-se corrigi-las fazendo essas pequenas intervenções locais.

Nesta Área Temática 3 — Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais — o principal projeto que temos são os Centros de Recuperação de Áreas Degradadas — CRADs. Não é um centro que vai recuperar a bacia, mas são quatro centros espalhados na bacia onde se aplicam técnicas de recuperação. Há viveiros de mudas nativas e recuperação de matas. São centros de referência. A ideia é mostrar como fazer e como dar certo. Mantemos isso já há algum tempo. Há um próximo daqui, em Paracatu, que é mantido em parceria nossa com a Universidade de Brasília.

Dentro desse tema também temos a proteção de microbacias. Ao longo do tempo fizemos várias intervenções de como controlar processos erosivos em



estradas vicinais. E uma grande parte desse projeto era a construção de microbarragens, as barraginhas, porque a ideia era, quando a chuva viesse, deter a água por certo tempo, para diminuir a inundação, a enxurrada à jusante e diminuir o caminho de solo para os rios, diminuir a erosão. Ao mesmo tempo aumenta-se a recarga dos aquíferos. Então, aumenta a reserva hídrica por um tempo.

Quando chove, o que mantém a água no rio? Os aquíferos. Se não houver água subterrânea no período seco, principalmente nas bacias pequenas e em locais tipo o Aquífero Urucuia, que é uma rocha muito porosa, o rio fica seco. Então tem-se que favorecer a infiltração. E uma forma é deter a água por certo tempo sobre o solo nu, para poder ter tempo de infiltrar.

Então, a barraginha é uma obra interessante, até porque é muito barata e muito rápida de ser feita. É feita pelo próprio produtor. Isso se integra muito bem a um programa da ANA muito interessante que se chama Produtor de Água, em que se aumenta não só esse tipo de pequena obra, mas também outras pequenas intervenções feitas pelo próprio dono do ambiente rural, que favorece não só a infiltração, mas a diminuição da inundação e o reflorestamento.

Nesta Área Temática 4 — Saneamento, Controle da Poluição e Obras Hídricas — há coisas que não estão conosco. Nós coordenamos um programa gigante, que envolve a nós, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério das Cidades e o Ministério da Cultura. Esse é o eixo do saneamento, que são as grandes obras. Vai estar tanto no Orçamento quanto no PPA e nas leis orçamentárias dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

Aí volta para nós. Nesta Área Temática 5 — Economias Sustentáveis — temos alguns projetos como a implantação de parques fluviais em algumas cidades. Já fizemos termos de referência. Isso aumenta não só o potencial turístico da área, mas também induz a preservação pela visitação: a pessoa conhece e passa a cuidar. É uma coisa simples.

Dentro desse projeto há um que é muito maior que a revitalização hoje em dia, que chamamos de Programa Água Doce. Temos acordos com todos os Estados do Nordeste e com Minas Gerais para implantação de sistemas de dessalinização de água em poços que dão água salobra ou salgada. Só que o dessalinizador, ao mesmo tempo em que gera água potável, tem um efeito muito perverso, porque, se





se tratar 100 litros de água salgada, geram-se 50 litros de água potável de muito boa qualidade — melhor do que a que estamos bebendo agora, porque o sistema é tão bom que filtra até vírus —, mas muito salgada. E o teor tanto de cloreto de sódio quanto de outros sólidos dentro da água é tão alto que não pode ser simplesmente jogado no solo. Lembrem que quando se joga sal na terra não nasce mais nada. É a mesma coisa. Ele desagrega o solo. É um desastre ambiental uma área de rejeito de dessalinização.

Então, esse projeto é para implantar a dessalinização, ter água potável para pequenas comunidades, mas ao mesmo tempo ele dá uma destinação para o rejeito. E as destinações que encontramos foram: alimentamos tanques de piscicultura — as pessoas criam tilápia e passam a ter proteína animal dentro do cardápio —; e irrigamos culturas adaptadas para o Nordeste, porque essa água que passa pela tilápia fica enriquecida de nutrientes, por causa dos peixes.

A cultura que a EMBRAPA desenvolveu conosco chama-se atriplex, uma planta australiana que resiste muito bem à água salgada, tanto que eu posso até jogar diretamente sobre ela o rejeito, não é preciso passar pelo tanque. E ela é forrageira, é alimentação para caprino. É bem interessante porque o rejeito é muito bem aproveitado.

E é um programa até 2017. Até 2015 vamos ter implantado 1.200 sistemas. Estamos investindo cerca de 200 milhões de reais nesse projeto, desde 2011. E até 2019 implantaremos mais 4 mil sistemas. Então, ele tem uma abrangência muito grande. Já repassamos recursos para a maior parte dos nove Estados com que temos convênios — esses convênios foram firmados entre 2011 e 2012 — e já há obras em andamento. Para nós é um projeto muito interessante.

Esta aqui é uma tabela que reúne os valores, dentro dos programas de revitalização que se integram ao São Francisco, dos orçamentos dos órgãos do Governo Federal. Isso é para os dois últimos PPAs, de 2004 até 2015. Tivemos um aporte maior de recursos no primeiro PPA e um pouco menor agora neste segundo. Os maiores executores em termos financeiros são Integração Nacional e Cidades.

Tivemos algumas limitações orçamentárias. Então não se atinge todo esse valor ainda. Espero que em 2015 tenha uma certa recomposição.



O que se tem de melhor? Acabei falando só da nossa parte. Como o Ministério da Integração Nacional e a CODEVASF também vão passar por aqui, eles terão a chance de mostrar as ações detalhadamente.

Dessas ações, o que mais chama a nossa atenção é que, realmente, melhorando o saneamento de uma bacia, tenta-se recuperar a qualidade original ou chegar próximo a isso.

São necessárias obras vultosas para fazer a coleta do esgoto, a destinação correta e o tratamento. Então não é uma coisa simples. São obras que, além de vultosas, são demoradas. Fazer uma estação de tratamento de esgoto demora 1 ou 2 anos, e acaba-se por não fazer a obra de uma vez. Tem que fazer em estágios, implantando tratamentos melhores.

Como isso melhorou a Bacia? A principal obra de tratamento de esgoto é a Estação de Tratamento de Esgoto do Onça, em Belo Horizonte. Ela foi terminada em 2007, mas era de tratamento primário. Ela teve uma complementação em 2010. A obra custou cerca de 300 milhões de reais até 2010, juntando os dois estágios. Ela faz tratamento secundário, então ela tira papéis higiênicos, em grande parte, e nutrientes. Por conta disso, por causa dessa estação, tem-se uma melhora em toda a Bacia, porque ela começa a tratar 70% do esgoto de Belo Horizonte, que é a maior metrópole da Bacia.

Este mapa mostra o índice de qualidade da água, cuja análise a ANA faz todo ano. Esta última análise é de 2012. Esses pontos verdes são os melhores. A Bacia está aqui. Este ponto vermelho aqui é Belo Horizonte e Rio das Velhas. O maior produtor de poluente individual, difuso da Bacia é a Região Metropolitana de Belo Horizonte, porque ela joga quase todo o esgoto na Bacia do Velhas e, com isso, ao longo de toda a Bacia, aumenta-se a carga de nutriente e de poluição.

Por causa da ação dessa estação e do tratamento secundário em 2010, tem-se uma melhora na Bacia como um todo.

Este mapa também é do mesmo relatório da ANA, de 2001 a 2011. Tem-se uma alta tendência de melhora na Bacia por causa de uma obra — não de uma obra, mas de um conjunto que chegou depois na estação de tratamento de esgoto. Então, é assim que se consegue ter grandes e visíveis resultados.



Neste ano deve sair um decreto da Presidência da República organizando o Comitê Gestor do Programa de Revitalização. Essa é uma demanda antiga. Temos que organizar. Não basta ter uma coordenação, tem-se que ter papéis bem definidos. Ao longo desses últimos 10 anos, vimos que faltavam alguns papéis que tinham que ser esclarecidos. Então, vai sair um decreto fazendo essa correção.

Estamos fazendo uma grande contratação, através de um acordo nosso com o Banco Mundial, chamado de Acordo INTERÁGUAS, para fazer um diagnóstico do que foi feito; fazer, a partir desse diagnóstico, uma avaliação da efetividade das ações desses últimos 10 anos; e, em cima da avaliação, propor recomendações para um plano de ação para os próximos 10 anos.

O Programa de Revitalização durou 10 anos e vai durar mais 10 anos. São 20 anos de programa. Só que, nesses 20 anos, queremos saber, a partir do que foi feito, o que deu certo e como pode ser corrigido o que não deu certo. Então, precisamos do plano de ação. A licitação desse contrato está em andamento. Ela começou ano passado e termina agora.

E vamos manter algumas ações que entendemos como prioritárias: os CRADs — Centros de Recuperação de Áreas Degradadas; a fiscalização preventiva com o Ministério Público, que deu muito certo — a ideia é continuar na Bahia e estender para outros Estados; e o manejo integrado de microbacias. São a essas ações que queremos dar continuidade logo.

Com isso, eu termino a apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Após a exposição do Dr. Marcelo, eu passo a palavra ao Dr. Vicente, Diretor-Presidente da ANA.

**O SR. VICENTE ANDREU GUILLO** - Senhoras e senhores, boa tarde.

Sr. Presidente, Deputado Raimundo Gomes de Matos, demais Deputados aqui presentes, em primeiro lugar, agradeço o convite à Agência Nacional de Águas para abordar esse tema relativo à transposição, à interligação das Bacias do São Francisco e do Parnaíba.

Agora, com todas essas crises — Paraíba, Paranaíba —, quero só trazer uma curiosidade: eu fui procurar as definições na língua indígena e “pará” significa “mar”, “mar grande”, “água grande”, “i” significa sempre “rio”, e “ba” significa “ruim”.



Então, na verdade, esses rios acabam sendo ou ruins para navegação ou ruins para peixe — depende da condição. Portanto, Paraíba, Paranaíba e Parnaíba no fundo têm a mesma raiz, pois são grandes rios que têm algum problema.

Assim, é muito importante voltar a essa discussão, mesmo porque ela carece de algumas definições do ponto de vista da sua institucionalidade, as quais é importante ressaltar, a par evidentemente das questões mais prementes, que são o andamento da obra e o pronto atendimento das populações que serão atendidas por essa importante obra de transposição de águas.

Eu não preparei uma apresentação, porque acredito que, do ponto de vista do conhecimento técnico da obra em si e das suas diversas variantes, esta Comissão tem pleno conhecimento.

O que seria importante destacar em primeiro lugar? Apesar da discussão nacional efetuada à época em que esse projeto foi lançado — na verdade, é um projeto que chegou à Agência Nacional de Águas em 2001; não é um projeto tão recente —, a partir da sua outorga, no ano de 2004, e de todas as discussões que houve a respeito dessa questão e, eventualmente, até dos seus impactos com relação ao rio, eu acredito que esses temas estão relativamente superados por parte da população brasileira, e os questionamentos que se apresentavam em relação aos seus impactos sobre o Rio São Francisco hoje estão transformados numa grande expectativa de que essa obra venha a acontecer o mais rápido possível. Eu acho que esse é o desejo de todos.

As secas recentes que estão acontecendo, principalmente no Sudeste do Brasil, demonstram de maneira bastante clara o quanto a água é um limitante do desenvolvimento. Então, a oferta dessa água suplementar à região do Semiárido, a partir da Bacia do São Francisco, sem dúvida nenhuma é uma decisão, do nosso ponto de vista, absolutamente correta, e o transcorrer e o funcionamento dessa obra vão demonstrar sua relevância.

O segundo aspecto que é importante destacar é que, mesmo sendo uma obra de grande complexidade do ponto de vista da engenharia, com seus dois canais — tive a oportunidade de visitar a obra pelo menos duas vezes recentemente —, as estações de bombeamento, a dimensão do canal de aproximação, as estações elevatórias, os reservatórios existentes, toda uma discussão inclusive da qualidade



da água desses reservatórios que vão receber as águas do São Francisco, dos novos reservatórios que estão sendo construídos para que esse sistema possa operar de maneira mais integrada...

Então, ao lado dessa grande complexidade de engenharia que essa obra tem, ela também é uma obra de grande complexidade do ponto de vista da gestão, porque não parte exclusivamente de uma obra para o atendimento de um único cliente — por exemplo, eventualmente um perímetro de irrigação altamente demandante por água —, mas ela necessita, para o seu pleno funcionamento, de uma articulação, inclusive com os Estados receptores. De tal maneira que os Estados receptores dessas águas tenham também construído as suas obras de infraestrutura necessárias para receber essa quantidade de água, bem como constituído o seu gerenciamento, a gestão a respeito dessas águas.

Esse processo chegou a ter um encaminhamento no início, com um amplo acordo feito em 2005 com todos os Estados, no qual os Estados têm compromissos específicos, particularmente no campo da gestão, que é o que nos interessa.

Mas, obviamente, ao curso de 2005 até 2015, ao longo de 10 anos, era necessário visitar — daí ressaltar de novo a importância desta audiência — esses Estados para que atualizassem as suas demandas e os seus compromissos em relação a essa água.

Então, existem derivações novas que estão sendo demandadas, existem outras demandas, para as quais os Estados eventualmente não têm mais a projeção em relação à conclusão das suas obras internas, particularmente em Pernambuco, e isso obviamente levará a um novo arranjo dessa questão.

A complexidade dessa obra, do ponto de vista da gestão, remete, como eu mencionei, no primeiro momento, a essa articulação federativa, porque, do ponto de vista do seu conceito geral, o investimento dessa obra é um investimento a fundo perdido, executado pela União, mas cuja operação/manutenção dependerá fundamentalmente desse compromisso dos Estados e da capacidade dos Estados de responder adequadamente à quantidade de água que ali vai ser colocada.

O processo de gestão também fica mais complexo, na medida em que não há uma experiência brasileira completa de uma operadora dos canais com essa complexidade, de um sistema com essa complexidade, ainda mais com todos os



arranjos que são necessários para dar a sustentabilidade econômica e financeira para o funcionamento adequado dessa água.

Então, não se trata apenas de bombear a água nos canais, mas de fazer com que essas águas cheguem a um local adequado, que sejam distribuídas, e que haja efetivamente — este foi o arranjo pensado originalmente — por parte dos Estados um pagamento para cobrir os custos de operação e manutenção desse sistema, que não são custos pequenos.

Então, esse segundo aspecto é a complexidade da gestão. E ele ainda é um processo não concluído. Ainda há várias discussões no âmbito do Governo Federal — discussões até recentes — sobre qual será o melhor formato a respeito dessa gestão: se essa gestão vai ser feita por um consórcio, ou se essa gestão vai ser feita por um organismo especificamente federal; ou se, eventualmente, a melhor solução é uma PPP, então que natureza essa PP vai tomar? Porque isso variou muito ao longo do tempo.

A decisão, desde um consórcio entre a CHESF e a CODEVASF, depois, com a criação de uma operadora estatal, cujo nome era até feminino — AGNES —, e, posteriormente, com a revisão da natureza da constituição de uma empresa com essa finalidade e as suas implicações perante a opinião pública, hoje, é a de que isso será administrado no âmbito do CODEVASF. Mas volto a dizer que ainda há uma oportunidade para um aprofundamento a respeito de qual é a melhor constituição do processo de gestão a esse respeito.

A Agência Nacional de Águas entra nesse processo em dois momentos. Ela entra num primeiro momento por conta da outorga referente à retirada de água do São Francisco. Então, a competência da Agência Nacional de Águas é conceder a outorga do direito de uso, e isso foi feito em 2004.

Mas nós recebemos uma competência adicional, no ano de 2010, que é a de fazer a regulação dos perímetros públicos de irrigação e de procedimentos — está me fugindo a palavra aqui agora — em relação a projetos com essa natureza.

Então, nós vamos discutir, participar desse processo, de um lado, pelo lado da outorga, e, de outro lado, pelo lado de sua regulação, inclusive do ponto de vista tarifário, que também é outra questão importante a ser equacionada. Portanto, a Agência Nacional de Águas tem essa dupla atividade.



Do ponto de vista de sua outorga, a outorga original é de 2004 — se eu não me engano, de setembro de 2004 —, e havia uma previsão de que a primeira etapa desse conjunto de canais estaria em funcionamento em 2010. Esse cronograma foi alterado há cerca de dois anos, e a perspectiva é de que esse primeiro trecho, que corresponderia aos cem primeiros quilômetros no Eixo Leste, entraria em operação até setembro de 2016 ou até o final de 2016 — não me recordo bem.

Eu queria pedir licença, depois, Deputados, se vocês me permitirem que eu vá além do compromisso, para apresentar aqui com o nosso gerente, Carlos Motta, que é quem vai poder, no momento da nossa discussão com os senhores, dar esses detalhes com absoluta precisão.

O processo de outorga foi prorrogado. Para isso, houve uma solicitação do Ministério da Integração e uma fundamentação por parte do Ministério da Integração em relação ao andamento das obras. Essa justificativa foi acatada pela Agência Nacional de Águas, e foi dado, então, conhecimento ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos para que essa autorização estivesse plena, não só por parte da nossa outorga, como por parte do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Então, em relação à outorga, ela está fundamentalmente dependente desse cronograma que foi apresentado e estipulado pelo Ministério da Integração.

Na outra ponta, nós temos a ponta da regulação. Como eu falei, esse é um espaço ainda bastante grande de discussões a respeito de qual seria o melhor formato para a sociedade exercitar essa regulação. Existem até algumas ideias novas — e não vou aqui me manifestar sobre elas — acerca de outras possibilidades, mas o fundamental é que se tome uma decisão, e que essa decisão seja mantida. Depois, há todo um arranjo que se dará em torno da sustentação financeira desse projeto. Talvez essas sejam, no nosso ponto de vista, e, claro, que juntamente com a obra, as condições mais importantes para que se tome uma decisão a respeito.

A Agência Nacional de Águas contratou uma consultoria da FGV. Na ocasião foi feito o primeiro levantamento a respeito dos custos para a operação desses canais. Os dados, pelo que me recordo, são, primeiro, de que esses custos seriam tomados em duas dimensões, independentemente de quem venha exercer a regulação; e que depois da conformação isso possa se dar internamente dentro dos



Estados. Os Estados podem obviamente fazer opções diferentes em relação a como se dará a distribuição a partir da sua infraestrutura para essas águas. No caso do Ceará, que está dotando todo Estado de um anel, de um cinturão de águas, isso se dará de uma maneira, e, nos Estado da Paraíba e do Rio Grande do Norte, provavelmente isso se dará de outra.

Em grandes números, nós temos os custos fixos dessa operação e, depois, os custos variáveis da operação desses sistemas, cujo principal custo talvez seja o da energia elétrica. É claro que você pode tomar a energia elétrica como um custo fixo, mas, em função da opção de como vai se dar e dos custos relativos à energia, isso foi tomado como um segundo elemento a ser considerado.

Os dados que foram levantados em 2012 e que precisam ser atualizados eram de que os custos operacionais desse sistema, exceto energia, eram da ordem de 130 a 133 milhões de reais/ano. Esses seriam os custos de operação e manutenção que deveriam ser cobertos pelos diversos usuários dessa área. E o custo da energia, nesse mesmo estudo, foi estimado como alguma coisa entre 8 milhões de reais/ano, se não me engano — é isso, Motta?

Esses parâmetros, no entanto, foram parâmetros tomados, à época, com o valor da energia elétrica para um grande consumidor, ou seja, a CESP tomando esse tipo de tarifa, cujo megawatt era da ordem de 150 a 170 reais.

Evidentemente, ainda mais diante da situação que nós estamos atravessando, nós precisamos pensar em soluções que equalizem o custo da energia, de tal maneira que ele não seja tão variável em função de situações como a que gente está vivendo hoje.

Pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica — CCEE, acredito que deva estar por volta de 500 e 600 reais o custo do megawatt; ou mais até. Talvez já tenha atingido 800 reais. Então, a equação desse custo, obviamente, precisa ser dimensionada, de tal maneira... Porque em qualquer atividade, ainda mais se for uma atividade na qual se faça um convite à iniciativa privada de participação, essa variação vai envolver um risco, o que coloca a sua participação num valor muito elevado.

Ontem, nós tivemos uma reunião no Planejamento, e eu me recordo que o Dr. Motta apresentou um dado também interessante que já vou repassar — e com isso





caminho para o encerramento —, a respeito de como isso refletiria no âmbito da população que vai receber essa água. A ideia central é de que essa água seja remunerada — porque os Estados têm arranjos diferentes — fundamentalmente pelas empresas de saneamento que receberão a segurança hídrica a partir dessa oferta. E o valor rateado entre toda a população do Semiárido não seria um pagamento a ser exclusivo da família que vai receber a água da transposição do São Francisco, mas, sim, um valor estimado desses números que eu apresentei aqui aos senhores. Para toda a população beneficiada no Semiárido isso seria da ordem de 1 real a mais na conta de água da população a ser atendida. Feito dessa maneira, esse é um impacto bastante pequeno, vis-à-vis a segurança que um empreendimento desse porte pode oferecer para todas as cidades que serão atendidas por essa condição.

Mas esses são dados que precisam ser revisitados, precisam ser atualizados. O Ministério da Integração tem uma preocupação a respeito desse tema, e não quanto à execução da obra, mas como responsável por ela, em parceria com a Agência Nacional de Águas. Sem dúvida alguma, isso precisa ser atualizado, para que seja apresentada, evidentemente, uma solução para essa questão da sustentabilidade econômico-financeira.

Volto a dizer que essa sustentabilidade acaba também sendo dependente do arranjo que os Estados eventualmente venham a formar em torno dessa água. Muitas vezes, a gente ouve que nunca houve essa formalização, mas que sempre houve uma posição do tipo: pela capacidade de gestão que o Estado do Ceará tem, ele receberia toda a água que seria disponibilizada. Mas só que esse não é o propósito que está sendo oferecido para a obra. Então, é preciso também fazer com que esses Estados possam estabelecer qual será a sua participação.

Isso é muito oportuno, pois, como eu falei, existiam orientações gerais a cada instante, mas, neste último período, nós precisamos visitar o tema da regulação, seja do ponto de vista de quem será o responsável, seja do ponto de vista de como vai se dar o arranjo da gestão desse conjunto por essa obra, mas, fundamentalmente, também pelo arranjo financeiro que vise dar sustentabilidade, mantidas, obviamente, as condições originais.



Essas condições originais também estipulavam uma vazão firme da ordem de 26,4 metros cúbicos por segundo. Essa vazão firme era uma vazão estimada para o atendimento de 12 milhões de pessoas, que é a população estimada para o ano de 2025. E, porque esses canais suportam uma vazão muito superior a essa, da ordem de 127 metros cúbicos por segundo, uma operação média a ser estabelecida seria da ordem de 65 metros cúbicos por segundo.

Esse arranjo todo depende, obviamente, não só das condições de recebimento de água por parte dos Estados, mas também das próprias condições hidrológicas do Rio São Francisco. Essas condições estão estabelecidas na outorga de 2014. E já posso adiantar que são condições bastante restritivas, inclusive, na minha opinião, fruto da discussão efetuada, à época, junto com a sociedade, que exigiu uma série de garantias. Uma delas era de que, para que você tivesse uma vazão superior à vazão firme, cujo objetivo é o atendimento ao abastecimento público... Estipula-se que, em Sobradinho, nós estivéssemos com uma reservação da ordem de 94%, ou que nós estivéssemos no processo chamado de abertura do volume de espera, que é quando você faz uma redução do seu volume com vistas a conter cheias.

Para dar uma noção, porque é claro que nós estamos numa situação bastante anormal em relação ao São Francisco, hoje mesmo nós estávamos fazendo uma discussão a este respeito. Sobradinho está hoje com uma reservação da ordem de 17% do seu volume útil, o que demonstra, mantidas essas condições climáticas, mantido o arranjo estabelecido originalmente, que a operação desses canais se dará com vistas ao atendimento dessa demanda firme de 26,4 metros cúbicos por segundo.

Então, em linhas gerais, inicialmente, seriam essas as informações a serem prestadas.

Vou acompanhar uma parte das exposições dos meus colegas, mas depois vou pedir licença aos senhores para ser substituído, pois tenho um compromisso aqui no Senado e gostaria de mantê-lo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Foram bastante esclarecedoras as palavras do Dr. Vicente.



Indago ao IBAMA se há alguma complementação a ser feita. (*Pausa.*)

O Dr. Carlos deseja fazer alguma complementação?

**O SR. VICENTE ANDREU GUILLO** - Carlos é o cara! Ele tem um monte de complementações. Sinceramente, ele é o nosso gerente, é o responsável por isso.

Venha para cá depois, para as perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Eu indago aos Parlamentares se podemos liberar o diálogo.

Dr. Carlos, o senhor já pode tomar assento. (*Pausa.*)

Agradeço a participação do Dr. Vicente, com certeza, bastante esclarecedora.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Pois não, Deputado Gonzaga Patriota.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** - Não usarei mais de 1 minuto, Sr. Presidente.

Diante de um presidente de uma agência tão importante, eu não poderia deixá-lo sair sem antes fazer uma intervenção muito rápida.

Primeiro quero dizer que sou de Petrolina, de onde estamos nos preparando para doar, do nosso querido Rio São Francisco, água para Pernambuco, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, o que deveria ter sido feito há, pelo menos, duzentos anos.

Quando o querido Bispo Cappio fez a greve de fome — sou autor da proposta de criação do Estado do Rio São Francisco, e ele apoia muito esse meu projeto —, eu fui a Cabrobó falar com ele. E disse: *“Cappio, não faça isso. Essa integração do São Francisco com outras bacias vai fazer com que um projeto de minha autoria que está há 20 anos nesta Casa, sai da gaveta”*.

Trata-se da integração do Tocantins ao São Francisco, a partir dessa nova barragem que foi feita lá em Santa Maria da Vitória. Todos os estudos foram feitos. Inclusive o Dr. José de Alencar, que então era Vice-Presidente da República, recomendado pelo então Presidente Lula, fez esse trabalho muito bem feito. E terminamos começando essas obras dos dois canais, o do leste, que sai de Floresta e passa pela minha cidade, Sertânia, e o do norte, que sai lá de Cabrobó e passa pela cidade que me adotou, que é Salgueiro.



Então, nem é preciso que o senhor me responda. Eu quero apenas fazer este registro: de que sou autor desse projeto de integração do Tocantins com o São Francisco.

O único estudo que ainda se debate é o do problema da diferença, embora muito pequena, que existe entre a água do Tocantins e a água do São Francisco. Mas, com certeza, os animais de um e de outro rio, principalmente os peixes e as aves que se abastecem desses rios, vão se acostumar. É melhor uma água diferente do que não ter água.

Eu moro às margens do rio em Petrolina. Fiquei animado, na semana, passada, ao saber que ele tinha subido um pouquinho, para abastecer as barragens de Itaparica, de Paulo Afonso. A gente até teve que soltar um pouquinho. Mas ele está exatamente nessa faixa de 15% a 20%.

Então, quero apenas dizer ao senhor que existe esse nosso projeto.

Minha mãe dizia que não há mal que não traga bem. São Paulo, com essa crise, fez com que o problema da água, em nível nacional, tomasse uma dimensão maior. Portanto, acredito que a gente possa agora dar uma revitalizada nesse nosso projeto aqui no Parlamento — e, obviamente, estou pedindo apoio para que também olhem para ele na Agência de Águas.

Obrigado.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Pois não, Deputado Odorico Monteiro.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Antes de o Presidente Vicente sair, eu queria dizer da importância que foi para nós, da Comissão, a sua vinda aqui.

Quero ressaltar que esse é um projeto extremamente complexo, sem dúvida alguma. É a grande obra de engenharia que foi esperada por todos nós e que está em fase de conclusão. Aliás, obras gigantescas! São 15 quilômetros de túneis em rocha, com tecnologia, etc. Mas as duas áreas que estão aqui são aquelas que vão dar sustentabilidade ao projeto: a questão da revitalização do rio, que é extremamente fundamental não só para o São Francisco, mas para todos os nossos rios.



O Presidente apresentou aqui algumas coisas importantes. Fica aí o desafio. O que o Governo tem de fazer agora é pensar que essa gestão vai ser tripartite. Na perspectiva republicana brasileira, ela tem que envolver o Governo Federal, os governos estaduais e os municipais.

Então, eu já estou aqui colocando como uma sugestão é que o Governo Federal já pense numa câmara técnica tripartite composta pela Agência, pelos Ministérios envolvidos, do Meio Ambiente e da Integração, e com representação dos Estados.

Eu acho que temos que ganhar tempo, porque o ano passa muito rápido. A partir de julho de 2016 talvez já tenhamos água chegando em abundância, se Deus quiser, para abastecer a nossa população. E, aí, nós vamos ter que pensar na gestão da água envolvendo abastecimento humano, irrigação, indústria; e, no caso do Rio São Francisco, isso envolve também a matriz energética, pela questão da importância do rio para a geração de energia para o Nordeste.

Então, fica aqui essa sugestão. E parabênizo o Presidente e o Marcelo pela exposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Dr. Vicente, faça-lhe uma indagação: o senhor assumiu a diretoria a partir de quando?

**O SR. VICENTE ANDREU GUILLO** - Eu assumi em janeiro de 2010. E, em janeiro de 2014, houve uma recondução. Então, estou há praticamente cinco anos na Agência Nacional de Águas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Já está bem familiarizado com todas essas dificuldades, bem como com a necessidade desse pacto com os Estados, para garantir a sustentabilidade desta grande operação, que é levar água para o nosso Nordeste.

Dando sequência, e agradecendo-lhe a presença, convido o Dr. Carlos para se sentar à mesa.

Passo a palavra para o nosso Relator *ad hoc*, o Dr. Pedro.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Só uma indagação, Sr. Presidente, ao Secretário Marcelo Medeiros.

No que diz respeito à fiscalização preventiva e integrada, fiquei particularmente interessado nesse quesito. Se bem compreendi, ela só funciona hoje



no Estado da Bahia? De que forma isso aconteceu? Quais foram os passos que foram dados para que essa parceria pudesse ter uma eficiência, e como poderíamos estender isso para os demais Estados?

**O SR. MARCELO MEDEIROS** - Começamos há alguns anos. Tivemos o primeiro contato com o Ministério Público Estadual da Bahia, e eles se mostraram interessados. Começamos a viajar juntos, e saiu um convênio pelo qual nós transferiríamos recursos que financiassem essas campanhas. Fizemos mais de uma centena de viagens ao longo de quatro ou cinco anos. Até este ano, o próprio Ministério Público da Bahia publicou um livro que tem todo o histórico não só da campanha, mas que diz também sobre a bacia, os principais problemas encontrados, como se fosse um compêndio de lições aprendidas. É bem interessante. Vou pedir ao senhor que me deixe seu cartão com o número de seu gabinete, que lhe vou mandar entregar alguns volumes. Ele é bem esclarecedor. Não é para só o Ministério Público ler; é um livro para a sociedade. E é bem legal, vale muito a pena. É um dos melhores programas que a gente tem, não estrutural, mas que implica mudança de comportamento. Minas Gerais já teve, e nós gostaríamos que isso se desse em todos os Estados. Mas depende muito do Ministério Público do Estado. Você tem que ter a adesão. Mas nem todo Ministério Público Estadual tem, como o Federal, por exemplo, uma câmara especializada. A 4ª Câmara do Ministério Público Federal é especializada em meio ambiente, e é uma câmara que vive conversando conosco, com o IBAMA, com a ANA. Então, tínhamos que ter essa mesma estrutura nos Estados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós temos a missão de fazer essa articulação. E aqui com o Dr. Marcelo, há uma preocupação que nós precisamos otimizar isso.

Nas palavras do Dr. Vicente, e V.Exa. também tem conhecimento disso, há anos que esse projeto vem buscando aperfeiçoamento. A partir de 2001, várias formatações foram propostas, mas a gente observa uma certa falta de sintonia intergovernamental em termos de se garantir celeridade na execução desse projeto, não somente no desempenho financeiro, mas também na integração de ações.

Ainda ontem, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, houve um debate em que 42 Municípios foram contemplados com uma dessas ações:



justamente a da água doce. E os Prefeitos presentes não conheciam efetivamente as ações que estavam sendo propostas.

No pacto federativo, eu não tenho conhecimento de quantos Municípios estão relacionados diretamente por onde passa o canal, e sobre se vai haver ações nesses Municípios.

Há poucos dias, nós estivemos no Ministério das Cidades, justamente tentando buscar os projetos de saneamento. Mas eles foram taxativos em dizer que só iriam fazer o saneamento se o Município tiver Plano Municipal de Saneamento. A maioria dos Municípios que eu já contatei no Estado do Ceará não tem dinheiro para licitar, para fazer o plano de saneamento. Porque, primeiro, é preciso fazer uma licitação, contratar uma empresa especializada. Então, vai ficar esse descompasso.

Mesmo sendo objetivo do Ministério do Meio Ambiente fazer essa normatização, nós temos por lei a necessidade de o Município ter o Plano Municipal de Saneamento. A própria Companhia de Água e Esgoto do Ceará — CAGECE afirmou, na reunião de que participei, que não tem recursos para bancar esses planos de saneamento municipais. Então, há certo descompasso, e isso nos preocupa no tocante à execução.

Seria de bom alvitre acelerar a formatação desse comitê para nós podermos acelerar, sob pena de termos inconclusa a obra — e no Estado do Ceará todo o Cinturão das Águas está um pouco avançado em relação aos demais Estados —, o que iria gerar toda essa dificuldade. Então fica aqui essa nossa solicitação.

Se puderem remeter todo esse material para a Comissão... Porque seria importante para que nós possamos, no final, apresentar o relatório, juntamente com os demais Parlamentares.

No tocante à ANA, nos relatos anteriores, a partir dos primeiros materiais que a gente tem aqui — e esse aqui ainda é da época de 2000; depois é que foram reformulados, como o Dr. Vicente falou, em 2001 —, essa vazão não tem projeção, até que isso seja revisto, para o agronegócio, para a agricultura, para o complexo industrial.

No Estado do Ceará, há o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, em que há investimentos sendo feitos, esperando-se também por essa água. Mas essa vazão é para o consumo humano. Então, ninguém pode criar a expectativa de que a



transposição de águas do Rio São Francisco vai fazer com que todos esses polos que estão sendo desenvolvidos, do agronegócio, das indústrias, vão ser abastecidos por essa água. Essa vazão, que é a vazão inicial do projeto de 2010, é seis vezes maior do que foi estabelecido. E essa vazão não atende, porque a nascente não vai garantir essa água. Quer dizer, hoje, se a obra estivesse concluída, nós não teríamos água — ou teríamos, com déficit. Se a transposição tivesse sido concluída hoje, pelos relatos, com essa vazão e com as condições hidrológicas lá na nascente, nós não teríamos água.

É por isso que, no início, nesses relatórios anteriores a 2000, existe a complementação do Tocantins, sob pena de nós concluirmos uma obra e, se houver uma seca um pouquinho mais grave, enfrentar um custo alto, sem se ter a garantia dos recursos hídricos.

Então, não sei de dá tempo de tentar, junto aos Governadores, aos Secretários de Recursos Hídricos... O próprio Dr. Vicente falou que o Ceará vai absorver. Mas será que essa água toda vai para o Ceará? E, aí, como é que fica a Paraíba, como é que fica Pernambuco? Esses Estados estão se preparando com essa garantia hídrica. E os demais Estados?

Nós vamos ouvir o Secretário do Rio Grande do Norte, o Secretário da Paraíba, e vamos tentar fazer um consenso para poder melhorar essa pactuação.

Deputado Odorico.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Eu acho importante nos determos aqui à discussão que foi feita sobre a questão da revitalização do rio, a questão da gestão, porque essa questão de vazão eu acho que teremos que discutir melhor com a CODEVASF, com os Secretários. Cada Estado vai ter, por exemplo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O senhor arranja?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então, a minha ideia é de que... Eu acho que o coordenador já está colocando algumas coisas. Só que nós não temos ainda na Comissão os elementos necessários para chegar a essas conclusões.





A minha preocupação é de que, daqui a pouco, o coordenador comece a colocar algumas questões, porque nós ainda não temos os elementos para chegar a essas conclusões.

Eu acho que é preciso ouvir melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - O Dr. Vicente afirmou que a outorga é com ele, e são só 26. Ele afirmou isso. Eu não estou criando nenhuma... Eu estou colocando a minha posição, a partir das minhas anotações, sobre o que foi revelado pelo Dr. Vicente. A outorga hoje é diferente de um manual antigo de vários projetos. Esse primeiro, concluso, foi do Ministro Fernando Bezerra. E foi se fazendo com dinâmica, se reestruturando, se modificando.

O fato que estou levantando aqui é o seguinte. Foi dada a outorga para isso aí, para os 26,4. E nós temos que nos adaptar a esses 26,4. Então, eu não estou botando a carroça na frente dos bois.

A ANA veio aqui justamente para explicitar a competência e a missão que ela tem. Nós temos que analisar os fatos concretos para não sermos pegos de surpresa lá na frente. Tanto é que o Deputado Gonzaga, que também é um Parlamentar de vários mandatos... Eu acompanho a luta do Deputado na questão do Tocantins.

É importante que isso seja revisto logo. Por quê? Sob pena de, taxativamente, como afirmo agora... Se a obra fosse concluída hoje, não haveria garantia hídrica para o Nordeste. E, segundo: ela é só para o consumo humano. É uma projeção para 12 milhões de pessoas, de habitantes. E é só para o consumo humano. A agricultura não está contemplada.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Não é verdade, Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Então, temos que chamar o Dr. Vicente de volta aqui.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Então vamos chamá-lo de volta. Não é verdade. Porque, à medida que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Vamos indagar.

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Ele falou várias vezes que essa obra vai se integrar às obras que já estão sendo feitas nos Estados. E, à medida que



ela for se integrando... No caso do Ceará, por exemplo, ela vai estar integrada com o Cinturão das Águas; e a sua complexidade com o Cinturão das Águas vai permitir a irrigação, a piscicultura, o que já está acontecendo hoje, inclusive.

Então, toda a Bacia do Apodi, toda a irrigação do Apodi — e o Deputado sabe que, no caso do Ceará, ela tem um papel importante na economia, eis que já praticamente multiplicou o PIB do Ceará por mais de cinco vezes —, que já funciona com a estrutura do Castanhão, com a ida do São Francisco terá um aumento na segurança hídrica.

Então, eu acho que não temos ainda os elementos necessários para chegar a uma conclusão. Esta é a primeira audiência que estamos realizando, ouvindo a ANA, ouvindo o Ministério da Integração. Não dá para achar que essa obra não vai ter sentido para o Nordeste, que só vai ter sentido...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Não foi afirmado que não tem sentido. Deputado, V.Exa. conhece o Ceará. Nós não temos recursos hídricos suficientes para tocar os projetos. Senão isso vai ser igual àquela refinaria: anuncia-se uma coisa que não tem.

Eu não quero politizar as coisas aqui. Eu quero dizer o seguinte: que, hoje, as reservas hídricas, as nossas bacias hídricas não dão sustentabilidade. O Apodi, a parte da floricultura e da fruticultura já está em déficit, porque não tem água suficiente. Vocês podem ir à região do Castanhão para verificar.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Sim. Então, deixe-me concluir. Aqui é o posicionamento do Deputado Federal Raimundo Gomes de Matos e Presidente da Comissão, uma pessoa que está aqui há seis mandatos acompanhado o projeto da transposição.

Eu estou relatando tudo o que tinha de lá para cá e o que efetivamente foi feito. Eu não estou inventando coisa nenhuma. Eu estou repetindo as palavras que o Dr. Vicente afirmou. E não estou criando nada de polêmico.

**(Não identificado)** - Mas ele afirmou que não dá para abastecer?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Sou eu que afirmo que não está dando. Eu estou afirmando, Deputado, a não ser que V.Exa. não tenha prestado atenção, que serão 26 metros cúbicos por segundo, e somente



para garantir água para recurso humano. É o que está afirmado, e o que os diretores aqui estão reafirmando. A não ser que venham aqui e me provem o contrário.

**(Não identificado)** - Essa água vai ter integração em cada Estado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Os Estados são deficitários, Deputado. Os Estados são deficitários de água.

**(Não identificado)** - Então, em cada Estado nós vamos discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Concordo plenamente.

**(Não identificado)** - Então, pronto!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Nós vamos ter a conclusão lá na frente. É para isso o relatório.

Eu estou reprisando aqui, e já estou pedindo toda essa pactuação para se formar o comitê gestor, para que se busque toda essa questão na parceria.

Existe também certo incômodo com o DNOCS. Historicamente, todas as obras hídricas do Nordeste foram realizadas e administradas pelo DNOCS. E o DNOCS foi colocado à margem desse processo das questões hídricas. Quer dizer, por mais *expertise* que tenha a CODEVASF, o DNOCS também tem a sua *expertise*, e em momento nenhum, segundo os diretores atuais e os ex-diretores, eles foram chamados para pactuar esse projeto.

Por isso é importante nós ouvirmos os Secretários Estaduais, ouvirmos futuramente, se for o caso, os Governadores, para ver o que nós podemos garantir, para não termos surpresas. No momento em que as condições hidrológicas do São Francisco não forem condizentes com o volume de água... Porque também tem a questão energética da CHESF, que não vai garantir que irá liberar as torneiras para que saia água, água e água caso isso possa gerar problema energético. Existem todos esses impactos.

Inclusive, seria interessante, depois, entrarmos com um requerimento para ouvir a CHESF. Em qual vazão pode ser liberada a água sem causar problema energético? Até porque nós vamos precisar também de energia. No caso, é preciso fazer um projeto complementar sobre energia solar ou sobre outra opção de energia para bombear essa água ou, então, até para baratear o custo.



Então, a nossa solicitação à ANA, assim como ao Ministério do Meio Ambiente, é de que remetam à Secretaria todas essas formatações, todas essas projeções que estão sendo feitas, a fim de que, nos debates com os Secretários Estaduais — e, a partir da próxima semana, nós vamos ouvir os Secretários Estaduais —, tenhamos uma conclusão e busquemos o fortalecimento do projeto para dar essa sustentabilidade.

Tem a palavra a Deputada Raquel Muniz.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Quero parabenizar o Marcelo, representante da ANA, que teve há pouco de sair, e dizer da minha preocupação com o norte de Minas.

Gostaria de aproveitar aqui o Marcelo, que colocou aquele *slide* quando falava da questão do tratamento da água em Belo Horizonte, lá do Onça. Gostaria de saber se isso hoje realmente figura como tratamento de água lá, feito pela COPASA, na Capital. Quero saber como isso está nas outras cidades de Minas.

**O SR. MARCELO MEDEIROS** - Dentro do programa de revitalização você tem essas obras grandes do Ministério das Cidades, essas de maior vulto; e você tem obras da CODEVASF em Municípios menores, principalmente na Bacia do São Francisco. Todas elas são voltadas ao saneamento.

Eu não tenho a relação de todas as obras. Eu conversei ontem e hoje com o pessoal da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, que é parceiro nosso em outro programa, além do Revitalização. Se somássemos todos os Municípios, inclusive Brasília... Não quer dizer que toda a área municipal está na Bacia do São Francisco. Tem esse problema, tem que refinar essa conta. Mas, se somarmos todos os investimentos em saneamento nos últimos oito anos, tanto em relação à interceptação do esgoto... Aliás, um problema muito sério, porque nós não coletamos todo o esgoto até hoje. Ainda hoje no Brasil o volume coletado é de 75% a 80%, e um pouco mais da metade disso é tratado. Pois bem. Só em obras para isto, coleta, destinação e tratamento, eles já gastaram um pouco mais de 8 bilhões de reais. Então, é todo esse conjunto. E o nosso maior problema até hoje é você construir e manter uma ETE no tempo. A estação de tratamento de esgoto, para a população do Município, na sede municipal, não tem um resultado visível. Não é igual a quando você melhora a rede de processamento de água. Quando você



consegue atingir mais bairros ou dar maior confiabilidade, o cidadão fica feliz instantaneamente.

Agora, tratamento de esgoto melhora a bacia. Então, geralmente, a última coisa que você faz é esgoto, porque tem um apelo popular menor. Isso é um pouco triste na nossa área, porque justamente um dos maiores poluidores da Bacia do São do Francisco é o esgoto doméstico. Se a gente conseguisse montar mais sistemas, já melhoraria muito.

Eu também sou de Minas, mas sou do leste; porém, estudei em Belo Horizonte, na UFMG. Se você conseguisse tirar Belo Horizonte da Bacia do São Francisco, a Bacia melhoraria muito. Como não dá para tirar Belo Horizonte, então construiu-se a ETE, que é uma das maiores ETEs da América Latina. Isso está até no relatório da ANA. Eu também sou da ANA, mas emprestado para o Ministério. Então, a gente faz esse relatório que é chamado de Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos. A ANA faz isso todo ano. E é sobre a situação nacional dos recursos hídricos, e sobre o que a gente tem domínio, que são as águas federais. E aí é que entra o São Francisco.

A mudança de qualidade de 2010 para 2011 foi tão grande que apareceu na série de dados que a gente observa. A gente tem um acordo com todos os Estados da Bacia, e com o resto do Brasil também, em que eles monitoram a qualidade da água e mandam os dados para a gente. Daí a gente faz essa consolidação nacional. De um ano para o outro ele saiu do vermelho para o verde. É um negócio impressionante! Então, se a gente conseguisse fomentar mais esse tipo de ação, teríamos uma situação muito melhor.

Mas há, sim. A CODEVASF faz nos pequenos Municípios, junto com a FUNASA. Você vê as ações deles. Eu fiquei sabendo que o pessoal da CODEVASF vem para cá. Então, eles vão ter a oportunidade de mostrar isso com detalhes. O pessoal do Ministério das Cidades também, principalmente o pessoal do saneamento ambiental, que é da Secretaria. E há alguma coisa de FUNASA, porque tem os quilombolas, as unidades de conservação da Bacia. Mas isso é muito pequeno. O impacto grande é dessas grandes cidades. Então, se a gente conseguisse resolver essa parte, a gente resolveria quase todo o problema.



O esgoto tem dois problemas sérios. O primeiro é o nutriente. Se eu aumento o nutriente na água, eu aumento a proliferação de algas. Então, se você diminui muito a qualidade, fica muito difícil tratar essa água para poder depois retorná-la para o público. E há outro componente, que é um pouco mais contemporâneo e que é até um problema para a gente que lida com a gestão da qualidade, que são os poluentes modernos.

Há muita coisa que a gente passou a usar no dia a dia. Mas você ainda não tem métodos eficientes que não sejam muito custosos, por exemplo, para implantar uma rede que detecte esse tipo de poluente. Um exemplo é medicamento. Esse é um problema muito sério. Por exemplo, nos Estados Unidos, eles já começaram esse tipo de monitoramento em algumas cidades, mas que é muito caro. Então isso ainda é restrito. É o impacto de descarte de medicamentos na água. Você tem até aumento da incorporação de hormônios, quando você bebe dessa água, porque o tratamento convencional não trata esse tipo de coisa. Então, como está mudando o perfil de poluição, temos que acompanhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Deputado Odorico, há alguma observação?

**O SR. DEPUTADO ODORICO MONTEIRO** - Eu acho que a Comissão vai construindo algumas coisas que são muito importantes. Primeiro, temos que entender que essa é uma obra desejada há muito tempo pelo povo brasileiro e que vem sendo implementada; é uma obra complexa, tanto do ponto de vista de engenharia, como por ser algo novo para o País. E eu acho que o esforço está sendo feito nesse sentido. Então, hoje a gente viu aqui... Quer dizer, a ANA já incorporou a obra na sua agenda como algo importante, assim também o Ministério do Meio Ambiente. Agora, eu acho, cabe partir para estruturar a parte seguinte, que é a gestão desse processo todo.

Eu acho que estou satisfeito, e entendo que nós vamos ter mais dados para tentar entender o componente de cada Estado. E aí, no caso, eu tenho acompanhado bem o Ceará, que está criando o Cinturão das Águas. E, aí, eu acho que esse é o desafio que está colocado para o Estado: você não vai só receber a água que virá do São Francisco, mas vai integrar as bacias estaduais, construir, no caso, reservatórios, que darão suporte e potencializarão o que já existe no Estado.



O que vai vir do São Francisco é um complemento e a garantia da segurança hídrica que nós vamos ter para o Estado como um todo. Então, eu acho que vamos caminhando nessa perspectiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Indago aos nossos convidados se têm algumas considerações finais a fazer.

**O SR. MARCELO MEDEIROS** - Quanto a isso que o Deputado Odorico falou, o Ceará é um marco, uma referência para nós de gestão das águas. Ele não só tem o Cinturão das Águas como também tem mecanismos formais e legais de fazer a alocação da água entre os usuários, que é uma coisa muito interessante, e os outros Estados do Nordeste estão fazendo parecido.

O nosso sistema de gerenciamento de recursos hídricos prevê que cada ente tenha um plano de recursos hídricos. Há um plano nacional e também planos estaduais de recursos hídricos, além dos planos de bacia. A Paraíba vai fazer a revisão do plano agora — ela pediu o nosso apoio —, e, dentre os instrumentos que ela tem, há esse muito semelhante ao do Ceará, que é o estudo de alocação de água. Porque quando esse volume tão grande de água entra na bacia, ele muda as regras obrigatoriamente. Então, será necessário fazer um estudo de repartição, observando as prioridades da lei: que todo mundo tenha acesso igualitário, desde que não fira o abastecimento público.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Então, ouvindo os nossos convidados, eu creio que a audiência foi bastante positiva para que nós possamos também, dando sequência às demais audiências públicas, trabalhar em conjunto e tentar fortalecer, junto com a Casa Civil, junto com os Governadores, a integração desse projeto. Até porque, segundo o Dr. Marcelo, há o Comitê Gestor da Revitalização, coordenado pelo Ministério, e há um decreto presidencial de 2006 que efetiva o comitê do projeto em si, da integração. Então, são dois comitês: o da revitalização, que é esse, e o da integração. Vamos verificar os membros anteriores, desde 2006, a fim de que nós possamos articular uma renovação ou dar celeridade para que nós possamos ter essa missão bem estabelecida com a definição de metas.



Eu libero aqui os integrantes da mesa, até porque nós vamos só votar os requerimentos apresentados a esta Comissão, já agradecendo a participação de todos. Muito obrigado.

Dando sequência à nossa reunião, nós temos o Requerimento 7/15, da Deputada Raquel, que *“requer a realização de Seminário em Pirapora-MG, para discussão sobre o Projeto de Integração do Rio São Francisco e as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, popularmente conhecida como Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”*.

Passo a palavra à Deputada Raquel, para encaminhar o seu requerimento.

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - Sr. Presidente, o meu requerimento trata da realização de seminário em Pirapora, norte de Minas Gerais, para discutir o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecido como Transposição do Rio São Francisco, bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco.

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara, a realização de seminário no Município de Pirapora para discutir esse projeto. A justificação é que a obra do São Francisco se refere ao polêmico e antigo projeto de transposição de parte das águas do Rio São Francisco no Brasil, nomeado pelo Governo como Projeto de Integração do São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O projeto é um empreendimento do Governo Federal, sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional, e constitui um dos temas mais polêmicos dos últimos anos em nosso País, gerando acalorados debates em todas as esferas da nossa sociedade.

O seminário tem como base debater o valor já aplicado na obra e os atrasos sucessivos na execução do projeto, discutir também o impacto da transposição na região do norte de Minas e sul da Bahia, e buscar, por meio do debate, soluções para a revitalização do Rio São Francisco.

Acrescento aqui que aquela região, nesses últimos meses, é assolada pela seca, e temos observado que lá estão as nascentes do São Francisco. Então, é importante levarmos esta Comissão para avaliar isso *in loco*.





Além disso, nessa cidade específica de Pirapora, temos a presença da Marinha e queremos a participação deles, dessa Capitania, no acompanhamento dessa discussão do Projeto de Integração do Rio São Francisco. Já contatei também outras cidades ribeirinhas para que a representação deles esteja presente.

Por isso, eu peço a aprovação do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Esse requerimento é importante, até porque é necessário um deslocamento nos Estados, e, a partir da região de Pirapora, das nascentes do São Francisco, no Riacho das Velhas... Não é isso?

**A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ** - É, lá no norte de Minas, em Pirapora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - Exato, para nós podermos fazer toda essa pactuação.

Nós vamos colocar em votação.

Não havendo nenhum Parlamentar para se manifestar em contrário, passo à votação. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Comunico à autora que depois nós iremos ver a questão de agenda para podermos viabilizar.

Já comunico que na próxima semana, no dia 24, nós teremos o Ministro da Integração e a CODEVASF, e na outra semana nós iremos ter blocos de 3 Secretários Estaduais. Estaremos fazendo Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e, depois, faremos Pernambuco, Bahia e Minas. Automaticamente entrarão as outras pautas. Nós temos também a vinda do TCU. Ainda vamos agendar a data.

Há o Requerimento nº 8/15, do Deputado Rômulo, que o Deputado Pedro Cunha irá apresentar, que justamente...

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Subscrevo e apresento o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Raimundo Gomes de Matos) - ... *“requer que as viagens da Comissão sejam realizadas nas segundas e sextas-feiras”*.

É compatível a proposta do requerimento.

Eu faria o adendo de que, como a Comissão está oficializada pelo Presidente, mesmo havendo votação às quintas, nós poderemos oficializar a ida às quintas para



questão do quórum em termos de falta, e também porque nem sempre há voos. Por exemplo, sexta-feira, para Fortaleza, o voo só é depois do meio-dia. Então, nós vamos perder a sexta-feira, e às vezes na quinta não dá tempo de retornar, porque às vezes o voo é às 20 horas. Aí, não se consegue pegar o voo se houver votação.

Mas de qualquer forma, indago dos Parlamentares se há algum posicionamento contrário a essa proposta do Deputado Rômulo.

Nós estendemos aqui a questão das quintas-feiras, incluindo as audiências públicas externas desta Comissão.

Não havendo nenhum Parlamentar para se manifestar, em votação. *(Pausa.)*

Nenhum Parlamentar se pronunciando em contrário, está aprovado também o requerimento.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 24, terça-feira, às 14h30min, com a seguinte pauta: reunião de audiência pública com as presenças do Ministro de Estado da Integração Nacional e do Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco.

Está encerrada a presente reunião.

Agradeço a todos os Parlamentares, assessores e imprensa aqui presentes.

Muito obrigado.